

# Sarney adverte que existe risco de rompimento

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney advertiu ontem, ao desembarcar na Base Aérea de Brasília, que uma decisão da Convenção Nacional do PMDB que vá contra o programa do Governo significará um rompimento. Insistiu, também, na advertência de que o partido é participante do Governo e, portanto, responsável pelo processo de transição tanto quanto o Presidente da República.

Embora com a ressalva de que não é essa a sua expectativa, o Presidente foi claro ao afirmar que o exame da duração de seu mandato pelos convencionais não pode ser feito de forma isolada do contexto da redemocratização, da solução dos problemas econômicos e ainda do contexto da estabilidade política. Nesse mesmo item, Sarney disse que sua expectativa é a de que a Convenção resulte numa decisão "favorável ao País".

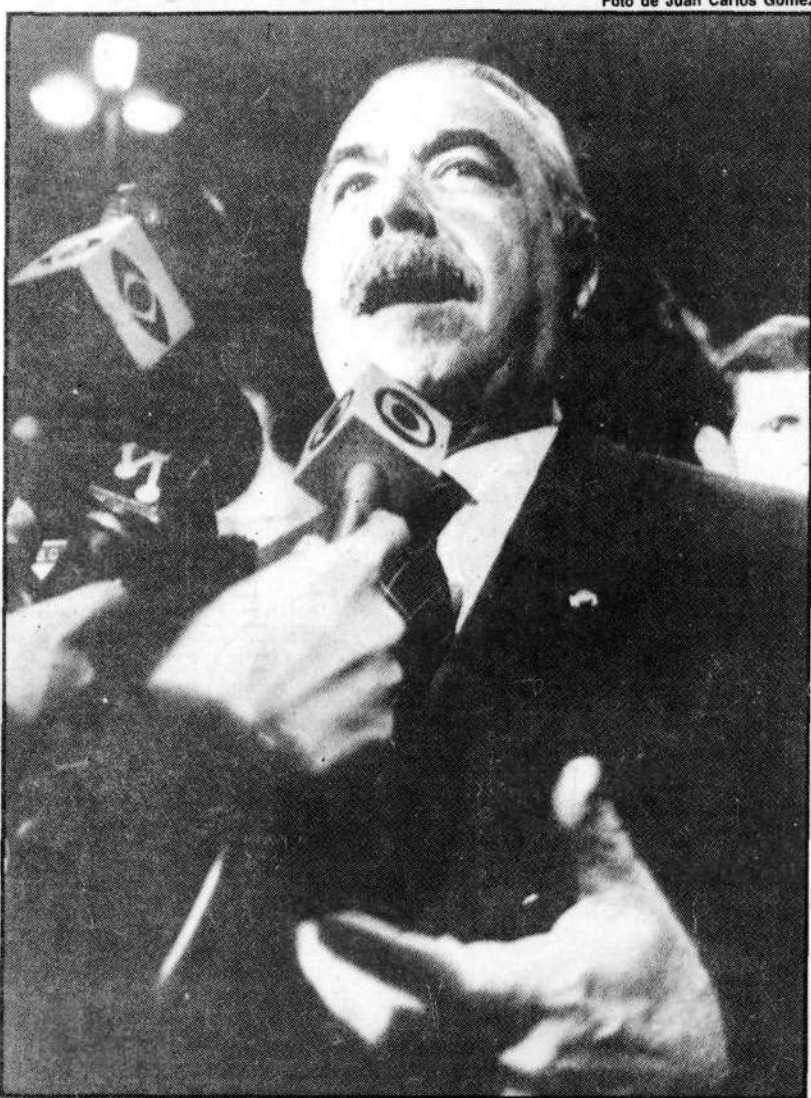
— Eu desejo que o partido saia unido para poder reforçar o Presidente da República nessa grande marcha que todos nós estamos fazendo para encontrar o processo de transição democrática num clima de absoluta tranquilidade no Brasil — disse o Presidente, poucos minutos após receber de Ulysses Guimarães o cargo de Presidente da República na Base Aérea.

O Presidente rechaçou qualquer negociação prévia em torno da votação dos convencionais pelo seu mandato e sistema de Governo e considerou infundadas as especulações nesse sentido. Por essa razão, o Presidente recusou convite de Ulysses Guimarães, na Base Aérea, para comparecer ao jantar que o Presidente do partido ofereceria minutos depois aos Governadores do PMDB em sua residência. Segundo um interlocutor de Sarney, o Presidente não quis sugerir qualquer "negociação".

— Jamais eu poderia fazer qualquer tipo de negociação que pudesse sugerir à Nação que nós estamos, de qualquer maneira, barganhando qualquer coisa — disse Sarney na Base Aérea.

O Deputado Paulo Mincroni (PMDB/RS) também conversou com o Presidente na Base Aérea, e deixou o local afirmando que, se houver uma decisão contrária aos interesses do Governo, "na segunda-feira mesmo o Presidente já reformula o ministério".

O Presidente Sarney conversou 15 minutos separadamente com o Deputado Ulysses Guimarães, na Base Aérea, antes de receber os deputados e autoridades que o aguardavam. Depois, ele recebeu os Deputados Carlos Sant'Anna e Prisco Viana, e foi informado pelo primeiro de que as



Presidente espera que decisão dos convencionais seja favorável ao País

avaliações da Convenção eram favoráveis a ele, Sarney. O Presidente, então, disse que havia decidido não comparecer à residência do Deputado Ulysses Guimarães para não sugerir um clima de "aliciamento", segundo uma testemunha da conversa.

Na saída da Base Aérea, o Presidente disse ainda aos jornalistas o que esperava da Convenção do PMDB:

— Espero que seja uma Convenção brilhante e que o partido saia unido com uma decisão em favor do País — afirmou.

Sarney foi, da Base Aérea, direto para seu sítio em São José do Pericumã, de onde deve sair hoje cedo para acompanhar do Palácio da Alvorada a Convenção. No Alvorada, o presidente deverá receber, em horário não determinado, o Deputado Ulysses Guimarães, e ainda pensa na possibilidade de, ao final da tarde,

oferecer um coquetel aos governadores do partido que ontem jantaram com Ulysses, procurando dar ao encontro a característica de "um gesto de apreço", segundo um assessor.

Ainda na Base Aérea, o Presidente Sarney pediu espaço aos repórteres para falar sobre os resultados da viagem à Argentina. Com bom humor, ele criticou os repórteres dizendo:

— Vocês só querem falar de política e eu gostaria de falar da Argentina.

O Presidente classificou a viagem de "histórica e que pôs fim a todos os ressentimentos entre os dois povos". A visita às instalações nucleares da Argentina foi considerada um gesto de mais alta significação de Alforin e que mostra, segundo o presidente, que "as usinas nucleares são segretas quando são feitas para a guerra e abertas, quando são feitas para a paz".

## Governadores contra votar mandato

BRASÍLIA — Os Governadores do PMDB chegaram ontem para o jantar com o Presidente do partido, Deputado Ulysses Guimarães, dispostos a trabalhar para que a convenção partidária, que se inicia hoje, não discuta a duração do mandato do Presidente José Sarney. O Governador de São Paulo, Orestes Quéricio, disse que a maioria da representação do seu Estado — que detém o maior número de convencionais — está decidida a defender esta posição.

Também o Governador do Rio, Moreira Franco, defende a tese de que o mandato do Presidente não deve ser discutido. Na sua opinião, as atenções dos convencionais do

PMDB devem estar voltadas para a questão econômica, sobretudo para a busca de um modelo econômico "que não seja exportador de capital e promova o crescimento". O mandato, para Moreira, "é uma questão geral, que deve ser deliberada pela Constituinte". O mandato de Sarney, segundo Moreira, está vinculado ao sucesso do Plano Bresser.

Os Governadores não consideraram uma ameaça a declaração do Presidente Sarney, ao chegar ontem na Base Aérea de Brasília, de que romperia com o PMDB caso prevaleçam posições contrárias ao programa de Governo e à duração de cinco anos para seu mandato. Eles preferi-

ram assegurar que se o mandato chegar a ser discutido, será vitoriosa a tese dos cinco anos.

A exceção entre os Governadores ficou por conta de Fernando Collor, de Alagoas. Ele voltou a insistir na defesa dos quatro anos de mandato e disse que se a convenção não tomar esta posição, será uma grande frustração e o partido correrá o risco de se expor ao ridículo. Fernando Collor acha que "a pior decisão é a de se omitir", acrescentando que a discussão em torno do mandato "não desestabiliza o Governo".

O Governador de Minas, Newton Cardoso, garantiu que os Governadores estão unidos em torno dos cinco

### DIVERGÊNCIAS

#### Temas principais dividem a cúpula

BRASÍLIA — O mandato do Presidente José Sarney e o sistema de Governo dividiram não apenas as bases do partido, mas principalmente a direção nacional, e mesmo o núcleo historicamente ligado ao Deputado Ulysses Guimarães. Nesse contexto, deslucou-se para a ala "progressista" o Vice-Presidente, Senador Afonso Camargo, um dos fiéis seguidores do ex-Presidente Tancredo Neves e o surgimento da liderança de Mário Covas privou Ulysses de outro leal seguidor, o Primeiro-Secretário, Deputado Euclides Scalco.

### GRUPOS REAGEM

#### Sant'Anna e Covas querem voto aberto

BRASÍLIA — A cédula e a votação não são questões pacíficas. A Executiva decidiu pelo voto secreto, mas o voto aberto tem apoio dos grupos do Deputado Carlos Sant'Anna e do Senador Mário Covas. Através de uma preliminar, a ser votada no início da sessão de amanhã, eles tentarão derrubar a decisão. Se houver consenso, a cédula também poderá ser alterada para que se vote em separado o sistema de governo e o mandato.

### QUESTÕES POLÊMICAS

#### Perguntas visam a resolver oito pontos

BRASÍLIA — Os convencionais responderão a um questionário sobre oito pontos: reforma agrária, com caracterização da função social da propriedade, critérios de desapropriação e imissão de posse; princípios gerais da ordem econômica; empresa nacional; reserva de mercado; capital estrangeiro; questão urbana, incluindo direito à moradia, transportes, função social da propriedade urbana e participação comunitária no desenvolvimento urbano; ensino público e comunicações.

## mandato

anos. Ele disse que o jantar de ontem tinha o objetivo de "acabar com esta história de quatro anos". Newton afirmou que os votos dos convencionais mineiros serão a favor dos cinco anos: 41 dos 45 convencionais sem mandato e 24 dos 35 parlamentares. O Governador disse ainda que "os grupos mais exaltados do PMDB, na hora da onça beber água, terão juízo" e decidirão pelo adiamento da discussão do mandato presidencial.

Os Governadores de Rio, São Paulo e Minas insistem que a unidade do PMDB depende do adiamento de uma definição em torno do mandato presidencial.

## Críticas ao Plano Bresser aumentam e dividem grupo dos 'progressistas'

BRASÍLIA — A política salarial posta em prática após o Plano Bresser tornou-se o principal ponto de discordância entre "moderados" e "progressistas" do PMDB e dificultou ontem a redação do documento comum sobre a conjuntura econômica, a ser submetido à Convenção. O grupo Unidade Progressista afastou-se dos seguidores do Senador Mário Covas e resolveu apresentar um documento próprio, muito mais contundente que o do grupo de Covas. O autor desse novo texto é o economista Dércio Munhoz, que assessorou Tancredo Neves e condena, no documento da Unidade Progressista, o "brutal confisco salarial".

A estratégia em busca da unidade também em relação ao documento econômico passará por uma exposição que será feita no plenário da Convenção pelo Ministro da Cultura, Celso Furtado, e deverá estar concluída após o exame de todas as moções sobre o assunto.

O Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, confia nas negociações em torno de um só texto, mas os "progressistas" não abrem mão de um preâmbulo que faça uma condenação muito clara da política salarial. Luciano formulou o texto sob encomenda de Ulysses, que apóia indiretamente o plano mas reivindica aumento do salário-mínimo.

O ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro não participará da Convenção mas enviou a Brasília um assessor.

O novo discurso do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, dizendo que primeiro quer negociar com os bancos privados, para só depois conversar com o FMI, ajudou a evitar um confronto.

Os liderados de Ulysses acham que se os "progressistas" insistirem muito em produzir um texto definitivo com críticas frontais ao Ministro da Fazenda, ficarão isolados.

A economista Maria da Conceição Tavares, que chorou num programa de TV ao defender o Plano Cruzado, pontificou na reunião entre os grupos de Ulysses, Covas e das "bases", em busca uma proposta econômica comum sobre a conjuntura.

— O arrocho já houve. Foi de fevereiro a junho. Dizer que houve arrocho com o Plano Bresser é mentira — garantiu ela, sem parar de falar, quando os "progressistas" insistiram nas críticas à política salarial.

— A questão agora é como recuperar o salário-base. Este sim, vai começar a perder quando descongelarem os preços em setembro — explicou a professora, exaltada.

Ninguém mais falava na pequena sala. Ela prosseguiu:

— Se fossemos aumentar hoje o salário-mínimo, esse aumento teria que ser de 40 por cento, mas para aumentar em setembro o percentual terá que ser de 50 por cento. Se vocês querem fazer um documento de ignorantes, então façam, mas que não seja em nome do Partido.

## Santillo propõe que transição acabe quando nova Carta for promulgada

BRASÍLIA — A transição democrática termina com a promulgação da nova Constituição. Até a noite de ontem, essa tese era a única que parecia capaz de pacificar as diversas correntes do PMDB e adiar a votação sobre a duração do mandato presidencial e o sistema de Governo. Na prática, a proposta significa que, com o fim dos trabalhos da Constituinte, seria instalado um Governo parlamentarista ou convocada eleição direta para Presidente.

A sugestão encaminhada pelo Governador de Goiás, Henrique Santillo, e endossada pelo Senador José Rícha (PMDB-PR), contudo, não foi aceita de imediato pelos Senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, que preferiram esperar até hoje para que a proposta seja debatida por outros setores do Partido.

Após uma reunião que durou toda a tarde e se prolongou até as 21h30 na casa de Fernando Henrique, todos concordaram que o adiamento das definições sobre mandato e sistema de Governo, sem uma compensação política à altura, significaria capitulação frente ao Presidente Sarney.

A reunião começou com a presença de Pedro Simon, Miguel Arraes, Fernando Henrique, Covas e Rícha. As 15h30, Covas retirou-se da reunião, irritado. Em seguida, foi a vez de Fernando Henrique deixar o apartamento. As 18h30, voltou anunciando que Covas retornaria, mas ressaltou que estava "muito difícil" a obtenção de um entendimento. Em seguida, chegaram Henrique Santillo e Waldir Pires. Mário Covas, no entanto, só reapareceu às 20h30, pouco

depois da chegada de Montoro.

Com o quorum aumentado, a reunião continuou e Mário Covas ouviu mais do que falou. Ao deixar a reunião, ainda no meio da tarde, Mário Covas disse que ficaria de fora de qualquer acordo entre o PMDB e o Palácio do Planalto em torno da definição de cinco anos de mandato para o Presidente Sarney. A defesa dos quatro anos de mandato, segundo o Senador, é uma "questão de princípio".

— Vamos usar o instrumento democrático do voto. Por que evitar a votação? Porque existe o risco de "racha" do Partido se ela for feita? Será uma decisão democrática — disse Covas.

Dos participantes da reunião no apartamento de Fernando Henrique, o mais interessado em um entendimento era o Governador da Bahia, Waldir Pires. Segundo ele, o compromisso maior do PMDB é com a elaboração de uma Constituição que não seja "retrograda".

No fim do encontro, os parlamentares e Governadores do PMDB concordaram apenas com a tese de que o adiamento puro e simples de uma decisão sobre o mandato presidencial era a pior saída para o Partido.

Por isso, ganhou corpo a ideia de marcar o fim da transição para o dia da promulgação da Carta. Decidiu-se ainda que o Partido mostrará uma posição firme contra a política econômica do Governo e o uso da Lei de Segurança Nacional. Por fim, a tese dos cinco anos com parlamentarismo foi criticada por parecer uma capitulação.

## Aureliano recomenda apoio para Bresser negociar dívida

BRASÍLIA — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, alertou o Deputado Ulysses Guimarães da necessidade e urgência do Partido ao Plano Bresser, sob pena de comprometer as negociações da dívida externa que o Ministro da Fazenda inicia na próxima semana, durante sua viagem aos Estados Unidos. Segundo Aureliano, o PFL não tem negado apoio ao Plano e cobra a mesma postura do PMDB para evitar que Bresser saia do País politicamente desgastado.

O diálogo entre Aureliano e Ulysses aconteceu na noite de quinta-feira, quando o Presidente em exercício recebeu a cúpula do PFL para um jantar em sua residência. Diante do apelo de Ulysses Guimarães para que a Frente Liberal endossasse mais uma vez a política econômica do Governo, às vésperas da viagem do Ministro da Fazenda, Aureliano rebateu que este comportamento deveria ser pedido ao próprio PMDB.

Preocupado com o tratamento que o Plano Bresser poderia receber durante a Convenção Nacional do Partido, o Ministro das Minas e Energia lembrou que uma rejeição do Plano deixaria Bresser sem condições de negociar no exterior.

— Se ele for vaiado, por exemplo, será um desastre. Esses episódios podem não ter muita importância aqui dentro, para nós, mas lá fora provocam grandes repercussões.

Mas Ulysses tranquilizou seus interlocutores — junto com Aureliano Chaves estavam os Senadores Marco Maciel e Carlos Chiarelli e o Deputa-



Aureliano Chaves explica ao PFL que renegociação merece apoio de todos

do Inocêncio de Oliveira, respectivamente Presidente e Líderes do PFL — com o que ele classificou de "boa notícia".

— Os economistas do PMDB já estão até aceitando o Plano.

Com relação à Convenção, Ulysses também informou que já tomou as providências para que o Ministro da Fazenda não seja hostilizado pelos convencionais. A primeira foi suprimir a fala de Bresser, que não exporá mais o Plano, como estava inicialmente programado. Além do que, com o apelo da proximidade da viagem do Ministro, o próprio Ulysses está trabalhando junto aos parlamentares da bancada para mostrar a importância do respaldo político para Bresser conseguir uma melhor negociação da dívida externa.

Por sua vez, embora reconhecendo que dentro do PFL existem alguns setores que defendem o rompimento do Partido com o Governo federal e a tese de um mandato de quatro anos para o Presidente Sarney, Aureliano assegurou que a maioria dos pefelistas está unida em torno da continuidade da participação no Governo e de um mandato presidencial de cinco anos, a ser definido na Constituinte.

— Por enquanto, não faço comentário nenhum. Vamos aguardar primeiro a Convenção do PMDB e a evolução dos acontecimentos — afirmou, cauteloso, o Ministro, ao ser interrogado sobre a possibilidade de uma aliança do PFL com setores dissidentes do PMDB após a sua Convenção nacional.